

## Estatísticas do Ambiente

2015

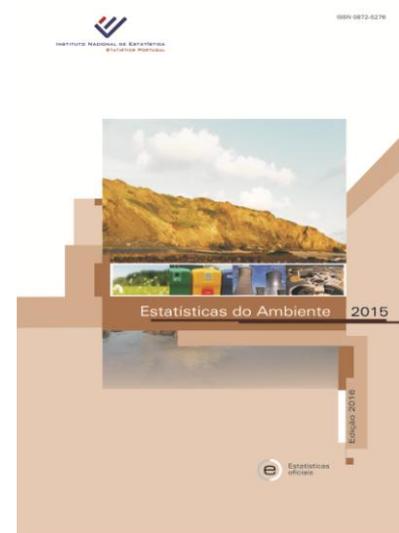
### Contexto socio-económico e condições meteorológicas criaram novas pressões ambientais em 2015

A dinâmica da atividade económica em 2015 (aumento de 1,6% do PIB em volume), associada às condições climatológicas que caracterizam 2015 como um ano extremamente quente e seco, criaram novas pressões sobre o meio ambiente. Entre outros aspetos a expansão da atividade económica traduziu-se em mais 43 mil novos empregos, num aumento em volume do consumo privado de 2,6%, no aumento de 1,8% da produção industrial, na interrupção do declínio do VAB da construção após sete anos consecutivos de decréscimos e no aumento de 0,9% do consumo de materiais face ao ano anterior. As condições meteorológicas, pelo seu lado, determinaram uma diminuição da contribuição das fontes renováveis para o consumo de energia primária de 25,9% para 22,2%, assim como a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis que decresceu de 61,4% para 48,7%. Neste ano, destaque ainda para os quase 65 mil hectares de área florestal ardida, mais do triplo da área ardida em 2014, para os aumentos das despesas em ambiente (+3,5%) e dos resíduos urbanos gerados (+2,1%).

Neste cenário, as atividades abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) emitiram 27,9 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> eq, o maior nível de emissões desde 2009 e 15,6% superior a 2014, devido em grande parte ao comportamento da matriz energética nacional. O sistema energético nacional consumiu mais energia primária e aumentou o consumo de energia final pelas atividades económicas, interrompendo o ciclo iniciado em 2006 de sucessivos decréscimos do consumo de energia. Como consequência, a dependência energética do exterior retomou máximos de 2011, com o peso das importações no consumo primário de energia a atingir 78,3% (72,4% em 2014 e 76,6% de média anual entre 2011 e 2015).

São hoje publicadas as "[Estatísticas do Ambiente - 2015](#)". Esta publicação está organizada em oito capítulos, que abrangem os principais setores do sistema de informação sobre o ambiente. Neste destaque apresentam-se alguns dos principais resultados.

Além desta informação, é disponibilizado um conjunto de dados adicionais no Portal de Estatísticas Oficiais ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).



## Contexto socioeconómico

**A atividade económica em Portugal expandiu-se em 2015 com uma aceleração do PIB em 0,7 pontos percentuais para um crescimento de 1,6%. O consumo privado aumentou 2,6%. O índice de produção industrial aumentou 1,8%. O consumo de materiais na economia nacional cresceu 0,9%. Paralelamente em termos líquidos, mais 43,4 mil pessoas encontraram emprego. Em termos demográficos, o decréscimo populacional atenuou-se, registando-se pela primeira vez desde 2010 um aumento do número de nados vivos.**

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma variação de 1,6%, acelerando face ao ano anterior (0,9% em 2014). O consumo privado também variou positivamente, passando de um aumento de 2,3% em 2014 para 2,6%.

**Figura 1 >> Contexto socio-económico 2006-2015**

	unidades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB (volume)	% (taxa de variação)	1,6	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,6
Consumo Privado	"	1,5	2,4	1,4	-2,4	2,5	-3,7	-5,7	-1,3	2,3	2,6
Consumo Público	"	-0,2	0,6	0,4	2,6	-1,3	-3,8	-3,3	-2,0	-0,5	0,8
FBCF	"	-0,8	3,1	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-16,6	-5,1	2,3	4,5
Exportações (FOB)	"	12,4	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,4	7,0	4,3	6,1
Importações (FOB)	"	7,5	5,4	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,3	4,7	7,8	8,2
Necessidade de financiamento das AP	% (percentagem do PIB)	-4,3	-3,0	-3,8	-9,8	-11,2	-7,4	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4
Dívida pública <sup>(1)</sup>	"	69,2	68,4	71,7	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,6	129,0
Taxa de inflação (IPC)	% (taxa de variação)	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4	3,7	2,8	0,3	-0,3	0,5
Custo do trabalho por unidade produzida (nominal)	"	0,7	1,0	2,8	2,7	-1,2	-2,0	-3,2	1,8	-1,3	-0,5
Taxa de desemprego	%	7,6	8,0	7,6	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4

Fonte: INE, Contas Nacionais (Base 2011; 2012 e 2013 - dados preliminares; informação disponível em 29/09/2013), IPC (base 2012) e Taxa média de desemprego (Séries 1998 e 2011), BP

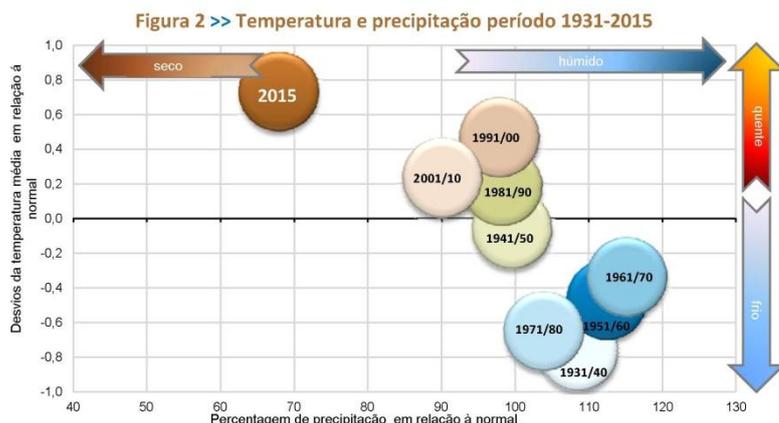
<sup>(1)</sup> - Para 2012 e anos anteriores, a compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento é efetuada pelo INE e a dívida bruta é compilada pelo Banco de Portugal.

O Índice de Produção Industrial cresceu 1,8%, reforçando os aumentos anuais que se verificam desde 2012. A taxa de variação do VAB da construção em termos reais foi nula após sete anos consecutivos de decréscimos. Em linha com esta maior dinâmica da economia, o consumo de materiais na economia nacional (DMC) aumentou 0,9% para 163 milhões de toneladas, das quais 144,8 milhões de toneladas provieram de extração interna. Analisando o comportamento do consumo de materiais comparativamente com o PIB, constata-se que, entre 2006 e 2015, o DMC diminuiu 24,1% (51,8 milhões de toneladas), enquanto o PIB diminuiu 3,1% em volume. Consequentemente, a produtividade de recursos (PIB/DMC) registou no mesmo período um crescimento de 27,7%.

Paralelamente, a taxa de desemprego manteve a tendência de decréscimo que se verifica desde 2013, atingindo o resultado mais baixo dos últimos 5 anos em análise (12,4%). O decréscimo populacional atenuou-se (-0,3% em 2015 que compara com -0,5% em 2014), registando-se um aumento do número de nados vivos, o que não acontecia desde 2010 e a manutenção da tendência de aumento da esperança de vida.

## Ar e Clima

Nos últimos vinte e cinco anos, o valor médio da temperatura média anual foi quase sempre superior ao normal, sendo que apenas em seis anos se registaram valores inferiores. Em contrapartida, desde a década de 70 que se observa uma tendência de diminuição da precipitação. De referir que, em oitenta e cinco anos, cinco dos dez anos com menor precipitação ocorreram no Séc. XXI.



Fonte: IPMA, I. P.

O ano de 2015 em Portugal Continental foi extremamente seco (corresponde uma anomalia de -282,5 mm face à precipitação da normal 1971-2000, o coloca como o sexto ano mais seco desde 1931 e o quarto desde 2000) e muito quente (o sétimo mais quente desde 1931 e o segundo desde 2000).

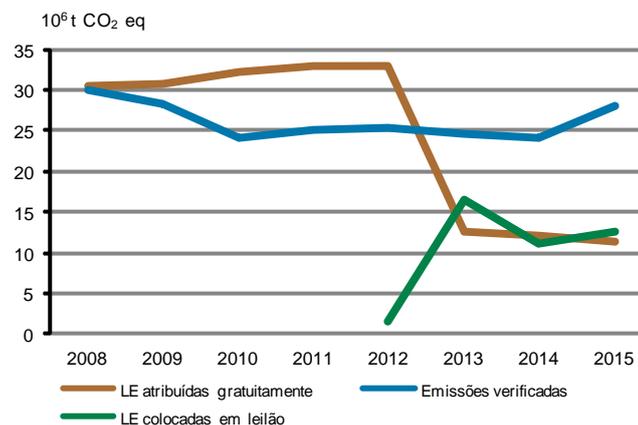
Em 2015 estavam abrangidas pelo CELE (um mecanismo político-administrativo harmonizado a nível europeu para regulação e mitigação das emissões de gases de efeito de estufa gerados por diversos setores de atividade) 193 instalações (202 em 2014) que emitiram 27,9 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>eq, o maior nível de emissões desde 2009 e 15,6% superior a 2014.

Foram duas as atividades que mais contribuíram para o acréscimo das emissões:

- O setor da combustão (> 20 MW), que aumentou 25,4% face a 2014 e representou em 2015 cerca de 60% do total das emissões verificadas, em linha com o aumento de 5,4% verificado no consumo de energia primária;
- o setor da pasta de papel cujas emissões aumentaram 13,5%, sendo que a produção vendida pela indústria aumentou 11% em igual período.

Foram leiloadas um total de 12,6 milhões de toneladas de Carbono em licenças consignadas a Portugal nos termos da Diretiva CELE, cuja receita rendeu 96,3 milhões de euros, o que perfaz uma cotação média de 7,62 euros por tonelada, o valor mais elevado até à data (5,9 euros em 2014).

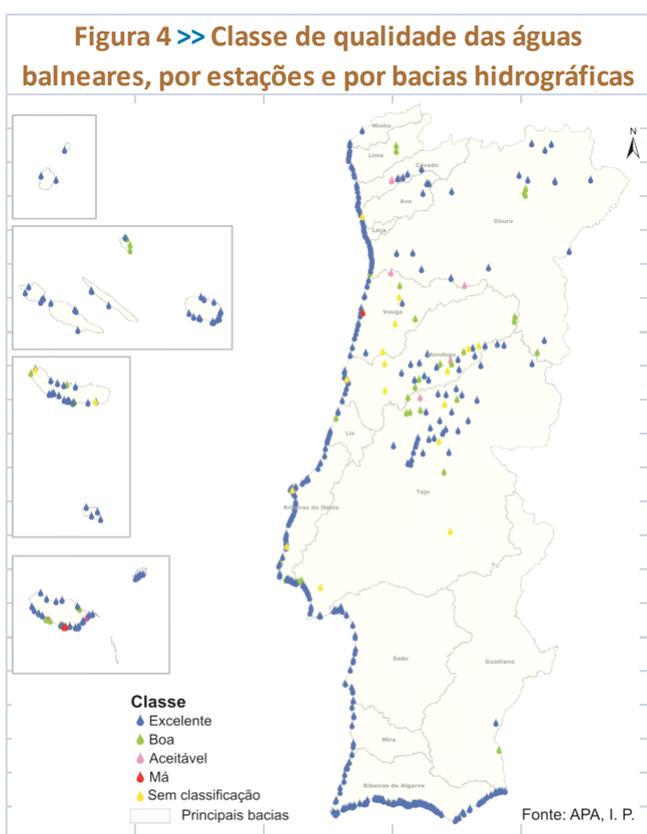
**Figura 3 >> Licenças de emissão (LE) atribuídas gratuitamente, colocadas em leilão e emissões verificadas**



Fonte: APA, I. P.

## Água

O resultado do indicador de Água Segura para 2015 revela que 98,6% da água para consumo humano era potável. Desde 2011 que este indicador tem vindo gradualmente a melhorar bem como o nível de cumprimento das análises regulamentares obrigatórias que atingiu 99,9%.



Em 2015 foram monitorizadas 569 estações de avaliação de qualidade de águas balneares (558 em 2014), das quais, 108 águas balneares interiores (106 em 2014) e 461 águas balneares costeiras/transição (452 em 2014). Cerca de 83% das águas balneares interiores e 97% das águas costeiras/transição apresentaram uma qualidade excelente ou boa em 2015. De referir que não foram assinaladas em 2015 águas balneares interiores de má qualidade, sendo que, nas águas costeiras/transição, 3 águas balneares tiveram esta classificação.

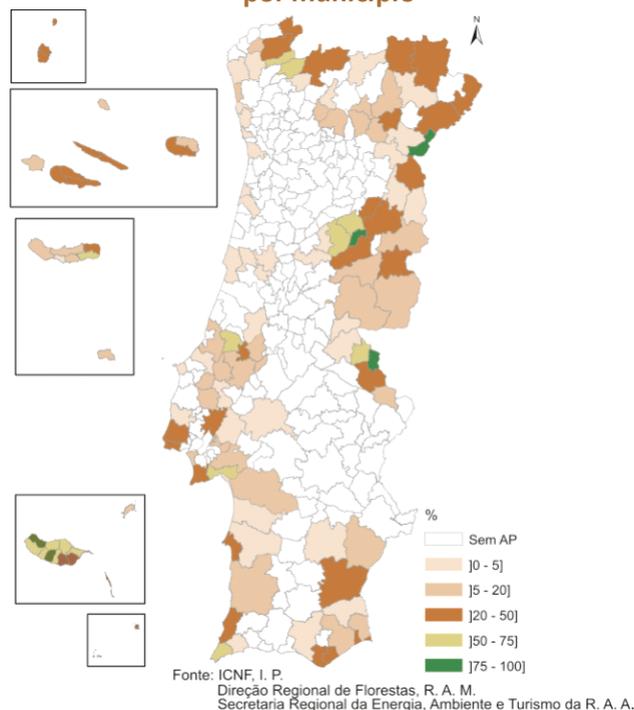
Em 2016 foram oficialmente classificadas e reconhecidas 569 águas balneares (incluindo praias em zonas costeiras, de transição e interiores). Novo máximo na série de informação e que soma mais 11 águas balneares comparativamente ao valor atingido em 2015.

Destas, 55% candidataram-se ao galardão da Bandeira Azul (BA), tendo sido distinguidas um total de 314 praias, atingindo um novo máximo na série de dados disponibilizados (2003 a 2016) e mais 15 do que em 2015 (que registava anterior máximo com 299 praias galardoadas com BA).

## Biodiversidade e Paisagem

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas contempla a Rede Nacional de Áreas Protegidas (837 mil hectares) e as áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 (Sítios de Importância Comunitária com 1 605 mil hectares e Zonas de Proteção Especial com 958 mil hectares), entre outras áreas classificadas.

**Figura 5 >> Importância das Áreas Protegidas (AP) por município**



Em 2016, 36,3% dos 278 municípios do Continente tinham território classificado como Áreas Protegidas (AP), predominando nestes os municípios em que a importância das zonas classificadas era inferior a 5% da sua área total (37 municípios, 36,6%).

Destaca-se ainda que 10,9% dos municípios apresentaram áreas classificadas como AP acima de 50% da sua área total (11 municípios), com realce para Marvão e Manteigas com 100% da sua área como AP.

Em todos os 19 municípios da Região Autónoma dos Açores, de acordo com a última informação disponível (2015), havia AP, mas apenas o município da Povoação apresentou uma área superior a 50% classificada com este estatuto (54,6%). Destacaram-se ainda os municípios das Lajes das Flores, de Santa Cruz das Flores, do Corvo e de São Roque do Pico com AP superiores a 40%.

Na Região Autónoma da Madeira, em 2015, em todos os 11 municípios existiam AP, sendo que apenas 3 tinham área classificada inferior a 50% (Funchal, Santa Cruz e Porto Santo). O município com maior área relativa correspondente a AP foi Porto Moniz com 83,8%.

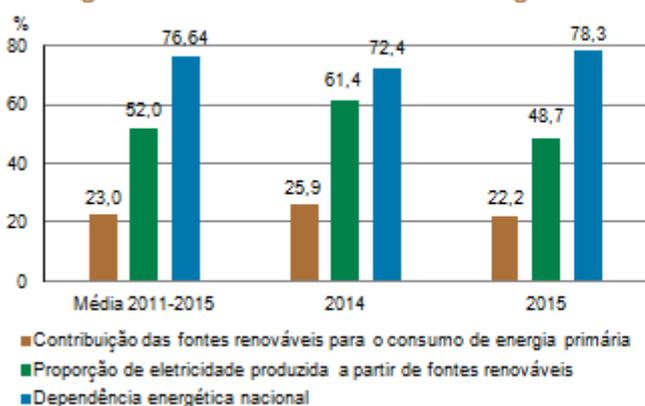
Num contexto de condições meteorológicas caracterizadas por temperaturas anormalmente elevadas e baixa pluviosidade, em 2015, num total de 741 ocorrências, arderam em Portugal Continental 7 542 hectares de AP, + 6 445 hectares que em 2014, ano em que se registou a menor área ardida nas AP (1 097 hectares). Na Região Autónoma da Madeira arderam 449 hectares de AP em 2015, mais 38 hectares que em 2014.

Apesar do acréscimo em 17,8% dos "patrulhamentos de prevenção de fogos florestais" efetuados pelo Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) da GNR, no contexto meteorológico atrás referido, o aumento da área florestal ardida foi extensível a todo o país, tendo ardido quase 65 mil hectares de povoamentos florestais e mato (pouco mais de 20 mil hectares em 2014), o que obrigou ao reforço da participação dos Corpos de Bombeiros no combate a incêndios florestais, aumentando para o dobro o número de solicitações: 6 810 solicitações em 2015 (3 414 em 2014).

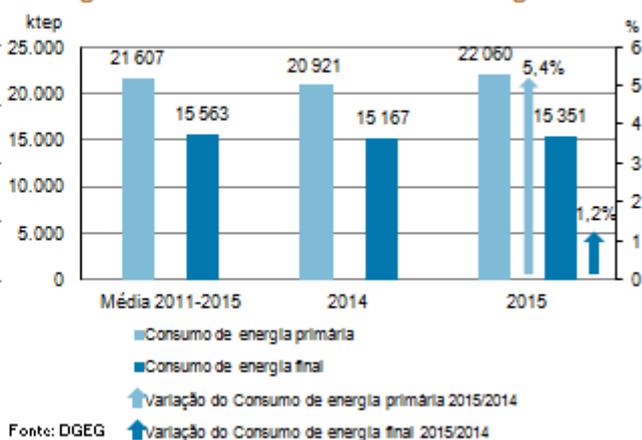
## Energia e Transportes

Em 2015, o sistema energético nacional consumiu mais energia (energia primária), o mesmo acontecendo com as atividades económicas (energia final), interrompendo o ciclo iniciado em 2006 de sucessivos decréscimos do consumo de energia. Como consequência, a dependência energética do exterior retomou máximos de 2011, aumentando 6 pontos percentuais face a 2014 (sobretudo à custa do aumento das importações de carvão e gás natural), fixando-se em 78,3%.

**Figura 6 >> Indicadores do Setor Energético**



**Figura 7 >> Indicadores do Setor Energético**



Verificou-se ainda que a contribuição das fontes renováveis para o consumo de energia primária diminuiu de 25,9% para 22,2%, resultado abaixo da média apurada para o período 2011-2015 (23,0%), assim como a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis que decresceu de 61,4% para 48,7%.

**Figura 8 >> Consumo de energia final por sector de actividade**

	Total	Agricultura e pescas	Indústria	Transportes	Construção e obras públicas	Doméstico	Serviços
	%						
Variação 2015/2014	12	2,3	0,2	1,7	24,2	-10	1,6
Taxa de Variação média anual 2011-2014	-2,8	-1,4	-1,6	-3,0	-21,5	-3,1	-0,5
Importância do setor (Média 2011-2005)	0,0	2,8	29,3	36,2	2,4	16,9	12,4

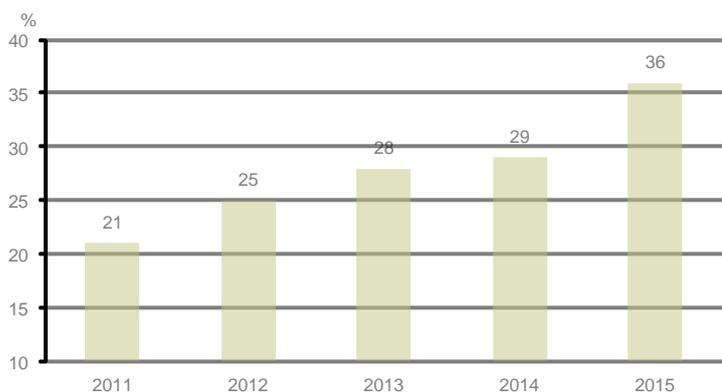
O aumento de consumo final foi extensível a praticamente a todos os setores de atividade económica (excetuando-se o setor doméstico). Realça-se, pela sua importância em termos absolutos, os aumentos verificados nos setores dos transportes (+1,7%) e dos serviços (+1,6%). O setor da construção e obras públicas, apesar da menor importância relativa no total do consumo de energia final (2,1% em 2015), destacou-se pelo aumento de 24,2%, face a 2014, promovido pelo maior consumo de gásóleo e de asfaltos na construção de estradas e outras vias rodoviárias.

Em 2015, a idade média dos 6 milhões de veículos pesados de passageiros e ligeiros agravou-se em 0,2 anos, atingindo 12,9 e 12,4 anos, respetivamente. O consumo de gásóleo apresentou uma evolução positiva de 5,1% enquanto o consumo de gasolina diminuiu 2,9%. O GPL, Biodiesel e Gás Natural, apontados como combustíveis ambientalmente mais amigáveis, continuaram em 2015 a representar apenas 1% do total de consumo de combustíveis.

## Resíduos

A meta convencionada no âmbito da Diretiva - Quadro Resíduos é a de atingir uma taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem de 50% em 2020. Em 2015, esta taxa aumentou para 36%, perfazendo-se assim um aumento acumulado de 15 pontos percentuais desde 2011, refletindo, nomeadamente, a entrada em funcionamento de novas instalações de Tratamento Mecânico (TM) e de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) e o crescimento da recolha seletiva.

**Figura 9 >> Preparação para reutilização e reciclagem**

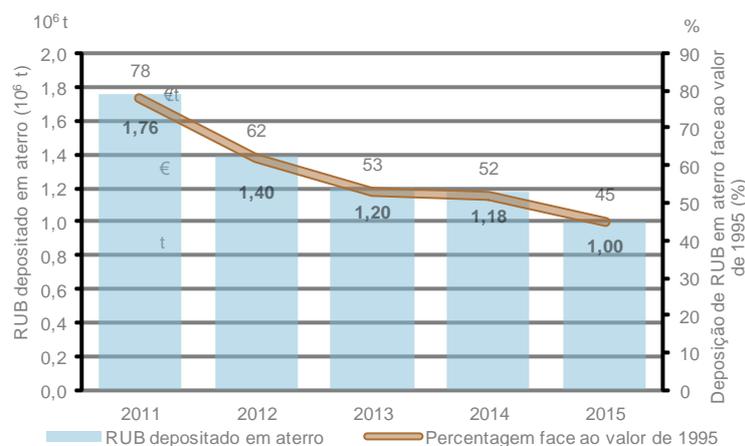


Fonte: APA, I. P.

Um outro objetivo constante da Diretiva Aterros diz respeito ao desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis

de aterro, estabelecendo-se que, até 2020, a quantidade destes resíduos enviada para aterro se reduza para 35% da quantidade total, em peso, dos resíduos urbanos biodegradáveis produzidos em 1995. Em 2015, Portugal ficou a 10 p.p. de atingir este objetivo.

**Figura 10 >> Deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em aterro face à meta**



Fonte: APA, I. P.

Das 1,6 milhões de toneladas de embalagens geradas, 59,7% foram valorizadas.

Em 2015, cada habitante em território nacional gerou em média 464 Kg de resíduos, o segundo maior resultado dos últimos 5 anos, totalizando 4,8 milhões de toneladas.

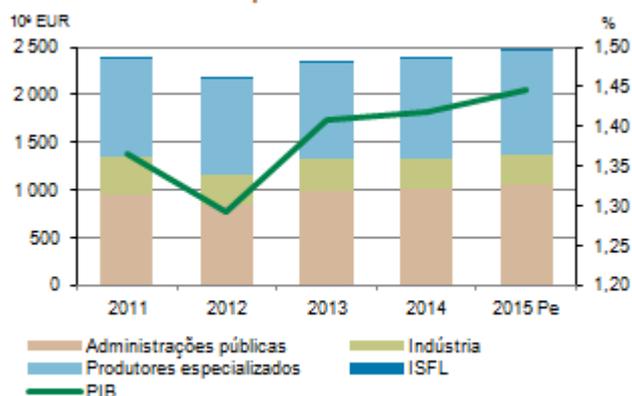
Em 2015 a recolha seletiva aumentou 21,9% perfazendo 16,2% da recolha total de resíduos.

A indústria gerou 8,2 milhões de toneladas de resíduos, o que corresponde a um decréscimo de 1,6 milhões de toneladas (-16,3%) face ao apurado em 2014. De referir, contudo, que a representatividade dos resíduos perigosos aumentou fixando-se em 6,4% do total, o máximo do período em análise.

Por cada 2,6 litros de óleos colocados no mercado foi reaproveitado 1 litro de óleos usados.

**Economia e finanças do ambiente**

**Figura 11 >> Despesas em ambiente por setores e peso no PIB**



(a) Gestão direta dos municípios: dados na gestão de águas residuais não disponíveis.

(b) 2015 Pe.

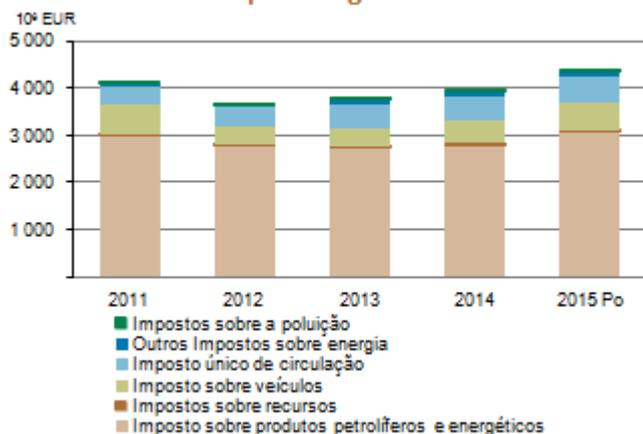
Fonte: INE, I. P.

As despesas com a proteção do ambiente, excluindo o setor das Famílias, totalizaram 2,5 mil milhões de euros, mais 3,5% que em 2014.

No período 2011-2015, as despesas em ambiente representaram 1,45% do PIB, próximo do resultado alcançado no ano transato (1,42%).

Em 2015, as entidades produtoras de bens e serviços de ambiente faturaram 10,1 mil milhões de euros.

**Figura 12 >> Impostos com relevância ambiental, por categoria**



Fonte: INE, I. P.

Em 2015, o valor dos impostos com relevância ambiental ascendeu a 4,35 mil milhões de euros, registando-se uma subida de 10,7% relativamente ao ano anterior. Pelo terceiro ano consecutivo, a receita deste tipo de impostos aumentou, tendo esta atingido o nível máximo do quinquénio.

Carga dos impostos com relevância ambiental no PIB fixou-se em 2,4% em 2015, mais 0,1% face a 2014.

#### Notas Explicativas:

**Área protegida:** área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

**Consumo Interno de Materiais (DMC, na sigla inglesa):** mede a quantidade total de materiais diretamente utilizada pela economia.  $DMC = DMI - \text{Saídas de materiais (Exportações)}$ .

**Energia primária:** energia que pode ser utilizada diretamente ou que vai ser sujeita a transformação, incluindo a energia utilizada nos processos de transformação e as perdas inerentes a esses processos.

**Energia final:** Energia que é utilizada diretamente pelo utilizador final, já excluída da energia utilizada nos processos de transformação e das perdas inerentes a esses processos.

**Imposto com relevância ambiental:** receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Esta receita provém de pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, no sentido em que as Administrações Públicas não oferecem, diretamente, nada em troca à unidade institucional que está a efetuar o pagamento, embora possam usar esses fundos para o fornecimento de bens e serviços para outras unidades institucionais ou para a comunidade como um todo.

**Recolha seletiva de resíduos:** recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (Ex.: os vidros e os denominados "ecopontos").

**Rede Natura 2000:** rede ecológica europeia de zonas especiais preservação, que tem por objetivo assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais.

**Resíduo urbano:** resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

**Sítio de Importância Comunitária (SIC):** sítio que, na ou nas regiões biogeográficas a que pertence, contribui de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural ou uma espécie, num estado de conservação favorável e para manter a diversidade biológica. Um sítio (classificado no âmbito da Diretiva 92/43/CEE do Conselho) que, na ou nas regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica ou macaronésica, contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural do anexo B-I ou de uma espécie do anexo B-II num estado de conservação favorável, e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 ou para, de forma significativa, manter a diversidade biológica na ou nas referidas regiões biogeográficas.

**Valor acrescentado bruto (VAB):** corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

**Zona de Proteção Especial (ZPE):** sítio de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou das populações das espécies para as quais o sítio é designado.